escola informação

DIGITAL | N.º 44 | NOV./DEZ. 2024

CADERNO **Orçamento do Estado 2025**
Realidade nas escolas agrava-se
Pag. 4

SPGL
SINDICATO
DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

sumário

SPGL
tantos
anos
como
Abril

editorial 3

caderno 4

cidadania 18

escola em movimento 23

breves 44

Boas Festas e um Ano Novo mais justo!

Valorizacão, já! Por uma profissão com futuro
e uma Educação pública de qualidade!

Capa | Dia Mundial do Professor (Lisboa, 5 de outubro de 2024)

editorial

José Costa | Presidente do SPGL

A participação é determinante

Afinal onde anda a tão apregoada valorização da profissão docente quando confrontamos o discurso com a nudez crua da realidade? Nas escolas, nada se nota porque, como é óbvio, nada existe, aliás antes pelo contrário.

Senão, vejamos: as medidas do Plano + aulas + sucesso, que, segundo o ministro, não pretendiam resolver o problema de fundo da falta de professores, mas conseguir o objetivo de reduzir em 90% o número de alunos sem aulas, não foram bem sucedidas.

Aliás, vão é sendo tomadas medidas avulsas, que sobrecarregam os docentes, os quais são confrontados com a imposição de horas extraordinárias que vão muito para além do que a lei estabelece, provocando o aumento de situações de cansaço físico e de fadiga mental, num corpo profissional já de si tão sobrecarregado.

Por exemplo, a constituição de turmas com um número de alunos superior aos que a lei estabelece, inclusivamente quando estas integram alunos com necessidades específicas; docentes com horário atribuído, que substituem outros quando faltam, sem que o seu horário seja alterado; a ultrapassagem do limite legal de horas extraordinárias, previstas no ECD; a possibilidade de serem criados bancos de horas para a gestão do tempo de trabalho de docentes, sabendo-se que os bancos de horas são ilegais na Administração Pública, entre outras.

A questão não pode continuar a ser intencionalmente adiada, pois só existe uma forma de resolver o problema da falta de professores, valorizar a profissão docente tornando-a atrativa. São estas as expectativas dos professores e educadores, que, com toda a certeza, se vão envolver neste processo de negociação para a revisão do ECD, a iniciar-se já em dezembro e que terá, necessariamente, de valorizar a profissão, não apenas no plano material, mas também nos planos profissional e social. •

*** Medidas estruturais positivas para valorização da profissão, da Escola Pública e da Educação/Ciência presentes no OE 2025**

Orçamento do Estado 2025
Realidade nas escolas agrava-se

Não dando resposta aos problemas dos trabalhadores e às necessidades de desenvolvimento do país, o Orçamento do Estado para 2025 (OE25) também não inverte a degradação dos serviços públicos e funções sociais do Estado a que temos assistido. No que diz respeito à Educação, segue e agrava a linha de propostas anteriores, ou seja, a verba prevista não atinge sequer metade dos valores recomendados por diversas organizações internacionais, somente cerca de 2,7% do PIB. Este baixo nível de financiamento não permitirá, como é óbvio, resolver os graves problemas que afetam já hoje a educação e os seus profissionais. Com a realidade nas escolas, na Educação e na Ciência a agravar-se, impõe-se a mobilização de professores, educadores e investigadores. •

Um Orçamento que perpetua injustiças

Tiago Cunha
Economista CGTP-IN

O Orçamento do Estado para 2025 (OE25) não responde às necessidades de desenvolvimento do país, aos problemas dos trabalhadores, nem tão pouco inverte a degradação dos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Um Orçamento que não serve à maioria, amarrado à política de anteriores governos, às imposições da União Europeia (reforçadas no quadro das alterações à chamada governação económica) e, no fundamental, comprometido e promotor dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros que dominam a economia.

Décadas de uma política de desinvestimento nos sectores produtivos e na produção nacional têm sequência no OE25, com o investimento público totalmente dependente dos fundos europeus, nomeadamente do PRR que, desta forma, em vez de se somarem ao investimento, o substituem. **A degradação dos equipamentos nas escolas e nos hospitais, nos equipamentos culturais e desportivos, resulta, também, desta opção por deixar degradar o bem público, por adiar investimento em nome das "contas certas"**.

Para os trabalhadores, depois de décadas a perder poder de compra, prevê-se uma actualização que, nuns casos está longe de compensar uma ínfima parte que seja desta degradação e, para outros, representa mesmo o continuar da desvalorização salarial. **As consequências são hoje incontornáveis. Trabalhar na Administração Pública, outrora sector que atraia pelas condições e remunerações, deixou de ser atractivo e não há hoje área da intervenção do Estado que não esteja carente de pro-**

fissionais, com os que aí trabalham a fazê-lo com crescentes sacrifícios e com o brio de quem defende as conquistas que representam as funções que desempenham.

Como agravante, o **OE25 é o primeiro que se insere nas novas regras impostas pela União Europeia, que reforçam a pressão para a redução da despesa pública e que terão efeitos não só no actual Orçamento, mas em todos os que serão apresentados até 2028**.

Mas nem tudo são aspectos negativos. O OE25 é generoso para os detentores das grandes empresas com uma descida no IRC que irá representar uma poupança superior a 400 milhões de euros, ou benefícios fiscais em sede de IRC superiores a 1,8 mil milhões de euros, ou, ainda e entre muitas outras, para os proprietários das empresas que fizeram parcerias público-privadas e têm inscritos mais de 1,5 mil milhões de euros para assegurar as suas rentabilidades. Isto, quando é sabido que menos de 1% das empresas é responsável por mais de metade da receita do IRC e que são estas as que absorvem a maioria dos benefícios fiscais. No fundo, as medidas ao nível da fiscalidade, são sintomáticas da protecção e promoção dos interesses do grande capital, nos quais se destacam os 19 grupos que têm 32 milhões de euros de lucros diários[1].

A política do governo não se esgota no Orçamento, mas o OE25 é sintomático da opção por uma política que agrava as injustiças.

Envolvido numa ampla campanha ideológica que procura esconder que por trás das "contas certas" está uma factura cada maior que as futuras gerações terão de pagar (a crescente degradação dos equipamentos exige um esforço exponencial para serem recuperados), ou que o ataque às condições de trabalho e consequente degradação dos serviços públicos serve para promover a transformação de direitos sociais em negócios, **o esclarecimento, mobilização, união e luta dos trabalhadores ganha uma importância acrescida para a construção de um novo e diferente futuro**. •

(1)Ver, a este propósito, o documento "Prioridades da política reivindicativa para 2025" da CGTP-IN,

O OE 25 para a Educação continuará a não responder às necessidades dos professores e das escolas

José Feliciano Costa
Presidente SPGL

O Governo apresentou uma proposta de OE 25 para a Educação que mantém aquela que já é, infelizmente, uma premissa crónica, ou seja, o continuado subfinanciamento da educação em Portugal.

Muito recentemente, um Painel de Alto Nível sobre a Profissão Docente, criado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em resposta à alarmante falta de professores a nível mundial e que juntou individualidades ligadas à educação e ao trabalho de todos os continentes, incluindo professores, estudantes e sindicatos, identificou 59 recomendações.

Uma dessas recomendações apelava a que o financiamento público da educação devesse ser garantido com pelo menos 6% do PIB e 20% da despesa pública total.

A proposta de OE 25 apresentada, no que diz respeito à educação, segue a linha de propostas anteriores, ou seja, a verba prevista não atinge sequer metade dos valores recomendados, somente cerca de 2,7% do PIB.

Com este nível de financiamento, segundo a OCDE (dados de 2023), tendo em conta a Paridade de Poder de Compra, **Portugal gasta menos 14% por aluno do que a média dos países daquela organização**.

O anunciado aumento previsto nesta proposta para a educação de 6,8%, ou seja, 477,3 ME, comparativamente com o Orçamento anterior, apenas é atingido porque a despesa estimada em 2024, ficou aquém do orçamentado. Ou seja, o governo anterior gastou apenas 6993,3 ME quando tinha orçamentado 7320,6 ME. Assim, sem essa quebra no investimento, este aumento seria de 150 ME, ou seja, um aumento de apenas 0,1%.

Um baixo nível de financiamento não permite, como é óbvio, resolver os graves problemas que afetam a educação e a valorização dos seus profissionais.

Quanto à despesa com o pessoal docente e o aumento anunciado de 186,6 ME, claramente se conclui que será, só por si, insuficiente para manter o mecanismo de recuperação de tempo de serviço, cujo compromisso foi assumido, o que implica que para a valorização da carreira, para a reposição dos que ingressam nos quadros, para contratar novos docentes, para incentivos, apoios e aumentos salariais, nada existe.

Ou seja, o governo vai gerir esta despesa com as verbas que vão resultando da saída para a aposentação de milhares de professores e educadores todos os anos e, talvez, em 2025 Portugal "supere" um novo recorde de professores aposentados, 4700, o que, a confirmar-se, será o valor mais alto de sempre.

Mais um mau Orçamento para a Educação que continuará a não responder às necessidades dos professores e das escolas. •

Diminui o peso da Educação no orçamento e traduz-se na falta de investimentos estruturantes

Jorge Gonçalves
Vice-Presidente SPGL

A realidade é que a educação perde peso no orçamento!

Foi amplamente propagandeado o aumento previsto de 6,8% (477,3 M€) da Educação na proposta de OE para 2025. No entanto, essa variação é obtida pela comparação com a despesa estimada para 2024 (6993,3M€), que fica bem aquém do valor orçamentado (7320,6M€). Se a diferença com o OE de 2024 é bem menor, quando se pondera o peso da educação no conjunto do orçamento percebe-se que desce de 8,9% para 8,7% na proposta de OE2025.

Onde sobra propaganda, falta investimento na educação. Aparece o PRR com a digitalização, o suposto reforço da Internet, a criação de uma plataforma digital integrada ou os anunciados Centros Tecnológicos Especializados. Para além das óbvias dúvidas sobre a real execução dessas verbas, tendo em conta anos anteriores, não se vislumbra investimento estrutural, com pequenas exceções de investimentos em cursos há muitos anos e que estão em fase de conclusão. Veremos o que acontece com as verbas do PRR empurradas para as autarquias fazerem aquilo que os vários Governos já deviam ter feito durante décadas.

Acompanharemos a execução do orçamento, dos fundos do PRR e perceberemos se, o que fica para a resposta de todos os dias da Escola Pública durante o ano de 2025, não significará o aprofundamento do subfinanciamento e dos condicionamentos ao direito à educação. •

Breve caraterização do ano letivo 2024/2025

Anabela Tavares | Dirigente Sindical | Coordenadora Educação Pré-Escolar

Iniciado o ano letivo há dois meses e meio, a falta de professores e educadores continua a verificar-se, sem garantir o direito à educação em igualdade!
A chegada de alunos de outras nacionalidades, sem que se encontrem disponíveis os apoios necessários para que sejam devidamente acompanhados, a par da aposentação de técnicos (psicólogos, serviço social) está a tornar este ano letivo muito instável e com poucas garantias de sucesso.
Não há professores de PLNM, o que faz com que os alunos fiquem nas turmas, sem que seja feita uma integração efetiva! As Salas de Ensino Estruturado estão superlotadas, com problemáticas muito graves, sem que se consiga fazer uma verdadeira inclusão, por muito esforço e boa vontade que os educadores e os professores de EE revelem!
Não há Assistentes Operacionais suficientes e com condições físicas e psíquicas para o desempenho da sua tarefa.
Os estabelecimentos de ensino e equipamentos estão degradados sem manutenção e sem espaços adequados.
É este o estado da Escola Pública, fruto do desinvestimento dos sucessivos governos deste país! •

É urgente melhorar as condições de trabalho no 1.º CEB

Dulce Arrojado | Dirigente Sindical | 1.º CEB

A cada ano letivo os desafios da Escola Pública ganham maior relevância e este ano não tem sido diferente, pelo contrário, os problemas das condições de trabalho nas escolas agudizam-se.

Se falarmos em relação aos professores do 1.º CEB, esses problemas ganham uma dimensão superior, quer na desregulação do horário de trabalho, quer na violação dos direitos consagrados no ECD. Assiste-se, como algo normal, à violação do direito às 35h de trabalho, à exigente e cada vez maior burocracia, à violação do direito à pausa, por imposição de vigilância de recreios ou acompanhamento de alunos na hora da refeição, assim como ao desenvolvimento de AEC intercalada com atividade letiva, aumento do número de alunos por turma, que vai crescendo ao longo do ano com a chegada de novos alunos, ou ao trabalho com alunos considerado como atividade não letiva, o que tem levado a que muitos docentes prescindam do direito da dispensa da CL, ao abrigo do art. 79.º do ECD.

Por tudo isto a FENPROF lançou a Carta Reivindicativa do 1.º CEB, a que urge dar corpo, através da luta por melhores condições de trabalho! •

Recuperação do tempo de serviço

Texto completo

Paula Rodrigues | Dirigente SPGL

[...] A medida [recuperação do tempo de serviço, cf. Decreto-Lei n.º 48-B/2024, de 25 de julho], anunciada em grandes parangonas nos meios de comunicação sociais, afirmava que os professores abrangidos iriam receber a primeira tranche logo a 1 de setembro. A 31 de julho, uma nota do IGeFE chegou às escolas a pedir-lhes que comunicassem os dados dos professores abrangidos, entre o dia 5 e o dia 13 de agosto, para serem validados posteriormente por todos os professores, recorrendo a novos procedimentos, uma vez que a informação transmitida ao IGeFE deixou de ser extraída do SIGRHE, na maior parte dos casos, para passar a ser fornecida pelo INOVAR, criando novos constrangimentos às escolas. Esta alteração não é compreensível, sobretudo num período de grande volume de trabalho nas escolas, uma vez que já existia a plataforma do SIGRHE [...]

Ora todos estes procedimentos foram anunciados e deveriam ter sido realizados durante o período permitido para usufruto do direito a férias dos docentes, incluindo as direções, e dos assistentes técnicos.

Desde então, este é mais um foco de enorme destabilização dos professores e da vida das escolas. O facto de ter sido criada um procedimento novo, neste caso do IGeFE, correspondeu a uma sobrecarga de trabalho para as direções e assistentes técnicos, em número claramente insuficiente, num período claramente desajustado: férias, início de ano letivo, elaboração de horários, falta de professores, alteração na tabela de IRS, concursos de professores...

Para o preenchimento na plataforma do IGeFE, os dados têm de migrar de outras plataformas, nomeadamente do SIGRHE (até então) e do INOVAR e, frequentemente, essa transição aparece com erros. Neste momento, a informação é transmitida por ambas as plataformas. Casos há em que o docente verifica os dados nas plataformas de base, com os diretores ou os serviços administrativos, e a informação aparece errada no IGeFE.

Se o docente solicita esclarecimentos no SIGRHE, no E72, informando que nem o próprio nem o agrupamento consegue descobrir a falha, recebe como resposta "... recomenda-se que estabeleça contacto com o IGeFE, IP, e/ou com o AE/EnA responsável. Esclarece-se que à DGAE compete, no âmbito dos estabelecimentos públicos de educação, coordenar e acompanhar a gestão da carreira docente e

esclarecer dúvidas neste âmbito.”. Quando entra em contacto com o IGeFE, nem obtém resposta.

A situação fica muito mais complicada, no caso de docentes que mudaram de escola, uma vez que a atualização dos dados depende de dois agrupamentos e da permissão ao acesso às várias plataformas.

Na realidade, passados quatro meses, milhares de docentes (a maior parte dos que conheço) tem os dados omissos, incompletos ou errados no IGeFE, o que atrasa as progressões na carreira e todos os procedimentos necessários para as próximas transições, algumas a acorrer num curto intervalo de tempo, como a avaliação externa, a formação...

A falta de recursos humanos e de um esclarecimento completo, eficaz e atempado junto das direções e serviços administrativos contribui para o aumento do caos nas escolas, que retificam os dados inúmeras vezes, em debalde. O problema torna-se mais grave devido ao facto de ser necessário analisar caso a caso e obriga cada docente a acompanhar cuidadosamente a sua situação para não ficar prejudicado, reportando-a.

Os docentes têm recebido “emails” a solicitar que confirmem os dados no IGeFE e alguns validam-nos porque assumem que foram introduzidos corretamente. Mesmo quando se procura invalidar os dados, frequentemente a ferramenta não o permite. Por exemplo, após terem sido introduzidos três motivos, a mensagem recebida é “Não é possível rejeitar, sem identificar um motivo.”.

É completamente inadmissível que a justa recuperação do tempo de serviço congelado se arraste e seja feita de forma tão amadora e desgastante para todos.

As dúvidas dos docentes são muitas, o que os tem levado a procurar ajuda junto dos dirigentes e dos serviços de Apoio ao Sócio, que têm prestado todos os esclarecimentos, mas que verificam que os processos não avançam por embaterem num gigantesco muro criado pelo próprio MECI. •

Texto completo

Menos recursos, igual a mais exclusão

Jorge Humberto | Dirigente SPGL | Educação Especial

Neste início de ano letivo, os contatos realizados com diversos AE na região Oeste, mostram uma realidade onde se acentuam dificuldades no apoio e na inclusão.
Desde logo o aumento do número de alunos com dificuldades acentuadas, levanta questões de como poderá ser feito o seu acompanhamento nas turmas e nas atividades das escolas, sem recursos humanos suficientes.
A falta de Assistentes Operacionais aumentou desde a municipalização, sem terem formação específica ou uma carreira condicente com as responsabilidades na saúde, na alimentação e na autonomia de tantas crianças e jovens.
Acresce a dificuldade em aceder a equipas multidisciplinares que possam articular com as escolas, nomeadamente os Centros de Recursos para a Inclusão, CRI, cujas verbas este ano foram iguais ao ano anterior, o que, com as atualizações salariais, leva à diminuição de dezenas de horas por Agrupamento.
O número de docentes de Educação Especial sempre foi bastante inferior às necessidades, mas este ano há concursos a ficar vazios, com recurso a horas extraordinárias. Abre-se a possibilidade destas vagas poderem ser entregues a terapeutas, ou mesmo docentes de outros grupos disciplinares, transformando uma visão pedagógica e inclusiva, numa outra com um pendor clínico e mais virada para a ocupação do tempo.
A solução para estes constrangimentos que se agravam, tem sido o elevado número de alunos a permanecer mais tempo nas salas especializadas ou de apoio, como forma de rentabilizar os recursos, marcando uma tendência gradual de mais exclusão. •

Pelo fim da discriminação na mesma profissão

Pedro Nunes | Dirigente SPGL | Coordenador E. Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

Aquilo que há dezoito anos seria uma norma transitória, transformou-se em algo indefinido no tempo e inaceitável.
Apesar da discordância da FENPROF, em 2006 com a CNIS, e em 2016 com as Misericórdias, foi imposta, na Contratação Coletiva, uma norma discriminatória que tem impedido até hoje a progressão dos educadores de infância em creche a partir do meio da carreira, por considerar que estes não exercem funções docentes.
Esta desigualdade entre educadores de infância em creche e no pré-escolar não tem qualquer fundamentação válida, na medida em que estes profissionais têm o mesmo conteúdo funcional, independentemente das valências onde exercem.
Aliás, o Ministério da Educação, desde 2023 que clarificou esta ambiguidade, ao considerar como serviço docente todo o tempo de serviço prestado em creche.
Face a esta injustiça, a FENPROF vai continuar a pugnar por uma carreira profissional única para os educadores de infâncias nas IPSS e Misericórdias, porque uma só profissão, os mesmos direitos! •

Viver sob um vínculo precário

Adilson Freitas | Investigador doutorado contratado a prazo na IPSFL IST-ID, Lisboa

Viver sob um vínculo precário é estar sempre a correr atrás da cenoura, sem nunca a conseguir apanhar

Viver sob um vínculo precário afeta-nos em várias dimensões. A primeira, mais óbvia, é em termos financeiros. Privamo-nos de qualquer autoindulgência, por mais banal que seja. Temos de poupar ao máximo para superar o período de tormenta entre contratos (onde me encontro agora) e para não sermos um fardo para a família. Vivemos numa constante incerteza, sem saber se no próximo mês poderemos comprar aquele livro técnico que tanto nos faz falta ou se teremos de empacotar as nossas coisas e emigrar.

Outra dimensão da precariedade é o impacto emocional. É muito complicado planear uma vida familiar, pensar em ter filhos, definir um lugar para viver ou criar vínculos. Hoje trabalhamos aqui, mas amanhã os nossos colegas serão outros. O facto de todos à nossa volta também serem precários cria, inevitavelmente, um ambiente competitivo, de desconfiança e individualista — justamente o oposto do que a investigação de qualidade deve ser. Soma-se a isso a frustração dos insucessos em obter um vínculo permanente. Começamos a questionar a nossa competência, pois estamos sempre em busca do aperfeiçoamento profissional, mas isso nunca parece ser suficiente. Viver sob um vínculo precário é estar sempre a correr atrás da cenoura, sem nunca a conseguir apanhar. •

Máquina de gerar vínculos precários

Virgínia Henriques Calado | Investigadora doutorada contratada a prazo na Universidade de Lisboa — Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

O sistema científico e tecnológico nacional tem sido uma máquina de gerar vínculos precários

Foi há mais de 30 anos que tive a minha primeira bolsa de investigação, uma bolsa de mestrado da JNICT, instituição que antecedeu a FCT. Pensava na altura que a minha curiosidade, empenho e dedicação me levariam a uma carreira profissional estável. Estava redondamente enganada, pois neste percurso académico o único aspeto que se tem mantido estável é a precariedade A bolsa de investigação que inicialmente recebi com entusiasmo e esperança no futuro — era jovem — foi apenas o início de um percurso pontuado pela instabilidade, incerteza e desapontamento. Com pouco mais de 20 anos a questão da precariedade não se me colocava, mas, agora, decorrido todo este tempo, depois de passar por bolsas de mestrado, doutoramento, pós-doutoramento e por contratos de trabalho a termo certo, acumulando vários anos de descontos pelo mínimo para a segurança social, os efeitos da precariedade e da injustiça social que esta gera, são a bagagem com que tenho de contar para encarar o futuro.

O sistema científico e tecnológico nacional tem sido assim: uma máquina de gerar vínculos precários. Fizeram-se leis para enfrentar o problema da precariedade e enquadrar investigadores e professores (Lei 57/2017), mas há universidades, como a Universidade de Lisboa, que pouco têm pugnado para que essas leis sejam implementadas, aceitando condicionar-se enquanto instituição e condicionando a carreira dos investigadores que por ela passam, em nome de recortes financeiros que respondem às "dinâmicas de mercado", asfixiando a democracia. •

Sara Covas
Dirigente SPGL

a voz a quem entra

Em 2015 bateu o recorde de Vítor Baía com o maior número de minutos sem sofrer golos. **João Botelho**, nascido em Ponta Delgada, ex-jogador do Santa Clara, está hoje a fazer estágio no Agrupamento de Escolas de Mem Martins em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no Ensino Básico e Secundário.

Sara Covas - Um profissional de futebol quando acaba a carreira normalmente escolhe uma área aproximada, tu foste para o ensino e para o ensino de línguas. O que te motivou?

João Botelho - Para responder a essa pergunta eu acho que tenho de explicar as duas dimensões da minha decisão. Primeiro, porque é que eu não estou ligado ao futebol, e a resposta é muito simples. Futebol tem os seus prós e contras e na minha balança, que é pessoal e apenas minha, os contras estão em vantagem e eu decidi não estar ligado ao futebol. Essa é a resposta simples. Por outro lado, o que me fez e faz estar motivado para trabalhar na área do ensino? Quando decidi que o futebol não era o que eu queria fazer, decidi recomeçar a estudar, estava em plena licenciatura e fui ganhando

apreço, carinho, muito respeito pelos professores com que me fui cruzando. E, ao mesmo tempo, os maus professores deixaram-me com a sensação de que podia fazer um bocadinho melhor do que aquilo que estava a ser feito. Estes dois lados, dentro desta última dimensão, foram-me motivando, foram crescendo. Este gosto de ver um bom professor e ter um bom professor. E eventualmente quando chegou a hora de decidir, quando eu já estava no final de licenciatura e tinha de decidir o que fazer no próximo ano, quase que não tive dúvidas, eu queria estudar mais e queria ser professor. Por isso estou a realizar o meu mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira, com especialidade em Português e Espanhol. Mas também acho que a minha ideia não é ficar por aqui. Pretendo fazer um doutoramento, depois de acabar o mestrado, e estar mais ligado ao ensino superior.

SC - Tens tido apoios por estares deslocado a fazer mestrado?

JB - Não, não tive, não tenho e não vou ter qualquer apoio por estar deslocado a fazer o mestrado. O único apoio que eu tenho é da minha família, dos meus próprios investimentos que me permitem estar aqui a fazer três anos de licenciatura e agora dois anos de mestrado. O ano letivo passado eu ainda trabalhei durante o ano como professor contratado e tive um ordenado que este ano já não estou a usufruir, nem como estagiário. Não há qualquer apoio, há simplesmente um investimento da minha parte e da minha família. •

SPGL participou na IX Conferência Distrital da Interjovem de Lisboa, realizada no dia 7 de novembro, no Auditório do STEC sob o lema "Com a força da juventude, Sindicalizar e lutar por melhores condições de trabalho". •

Ler intervenção de Sara Covas (Dirigente do SPGL)

Manifestação dos Trabalhadores da Administração Pública

Galeria de fotografias

Sob o mote «Parar o emprobrecimento! Aumentar Salários e Pensões, Valorizar Carreiras, Reforçar os Serviços Públicos», professores, educadores e investigadores, integrados na comitiva do SPGL/FENPROF, participaram no dia 25 de outubro na Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública, em Lisboa. •

Entrega de milhares de postais ao Primeiro-Ministro/Governo

Galeria de fotografias

No dia 26 novembro, professores, educadores e investigadores, integrados na comitiva do SPGL/FENPROF, participaram na ação da Frente Comum de entrega na Residência Oficial do Primeiro-Ministro de milhares de postais preenchidos por trabalhadores da administração pública, exigindo o aumento imediato de todos os salários, a valorização de todas as carreiras e profissões e o reforço dos Serviços Públicos. •

Intervenção de José Feliciano Costa (SPGL/FENPROF)

Manifestação Nacional CGTP-IN | 9/11/24

No dia 9 de novembro, em Lisboa, professores, educadores e investigadores, juntamente com trabalhadores e pensionistas, sairam à rua, no âmbito da Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN. Urge aumentar salários e pensões!

Galeria de fotografias

Concentração CGTP-IN | Assembleia da República | 29/11/2024

Pelo aumento dos salários e pensões, pela defesa dos serviços públicos e funções sociais do Estado, pelo direito à educação, à saúde e habitação, o SPGL e a FENPROF participaram na Concentração, promovida pela CGTP-IN, no dia 29 de novembro, dia da votação global do OE 2025, em frente à Assembleia da República, em Lisboa.

Revisão do ECD | Abaixo-assinado

Assine aqui

Professores devem ser os principais interlocutores

António Anes
Vice-Presidente SPGL

Devem ser os professores os principais interlocutores sobre a revisão do ECD, que deverá entrar em vigor no próximo ano letivo

O processo negocial sobre a revisão do ECD teve uma 1.ª reunião em 21 de outubro de 2024. O MECI apresentou as linhas globais do que pretende com esta revisão e a FENPROF contrapôs uma posição sobre esse processo, metodologia e medidas a tomar. Mas se ainda só estamos numa fase inicial do processo, que entretanto o MECI quererá selar com um protocolo em 13 de dezembro, importa destacar, desde já, duas perigosas intenções manifestadas pelos seus representantes na 1.ª reunião: pretendem que o prazo da entrada em vigor do novo ECD seja só em 2027 (!?) e que os professores sejam secundarizados na negociação como meros auscultadores, contrariando a legitimidade para a negociação coletiva prevista na LTFP. Os professores não poderão aceitar esta postura negocial e apela-se a que assinem o abaixo-assinado da FENPROF que deverá ser entregue na próxima reunião do dia 13/12 e exigir que a valorização da carreira docente seja já para o próximo ano letivo e sejam os seus representantes – organizações sindicais as únicas entidades que têm legitimidade para negociar as matérias em causa. A hora de lutar é agora e o 1.º passo é assinar, assinar, assinar. •

Autonomia e Gestão da Escolas

Dá a tua opinião. Participa no inquérito!

Assinar Inquérito

Cátia Domingues
Vice-Presidente SPGL

A FENPROF lançou um inquérito nacional para auscultar a opinião dos professores sobre o atual regime de administração e gestão escolar, bem como recolher contributos para a sua revisão.

Em vigor desde 2008, este modelo tem sido alvo de críticas por limitar a participação democrática e concentrar poderes no diretor, afastando as decisões do coletivo docente e da comunidade educativa. Com esta iniciativa, a FENPROF pretende não apenas identificar as fragilidades do modelo vigente, mas também compreender os rumos que devem orientar as mudanças necessárias. A Federação defende uma gestão escolar que promova maior participação e corresponsabilidade, assegurando que as decisões reflitam as reais necessidades e aspirações das escolas e dos seus profissionais.

O inquérito representa um passo significativo para construir um modelo de gestão mais democrático e inclusivo, que valorize o papel central dos professores e fortaleça a escola pública como espaço de pluralidade e inclusão. Numa altura em que se vislumbra uma proposta de revisão que pode acentuar o protagonismo do diretor e introduzir uma carreira diferenciada, a tua participação é fundamental. Dá a tua opinião. Participa no inquérito! •

Exigimos democracia na direção e gestão das escolas!

Manifestação Contra a Precariedade na Ciência

Galeria de fotografias

Exigindo o fim da precariedade na Ciência e um efetivo reforço do investimento no Ensino Superior e na Ciência no Orçamento do Estado para 2025, cerca de um milhar de trabalhadores científicos manifestaram-se no dia 24 de outubro, em Lisboa. •

Jornadas Pedagógicas da Direção Regional de Lisboa

Informam-se os interessados de que a organização das Jornadas Pedagógicas está em fase de conclusão e que as mesmas serão divulgadas ainda no mês de dezembro. •

Galeria de fotografias

6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Associação de Atletismo de Lisboa, levou a efeito a organização da 6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação, no dia 26 de Outubro de 2024, em Lisboa. Viva o desporto para todos!

Plenário Online | Profissão Docente: o que precisas de saber

Eduardo Jordão | Dirigente SPGL

Num contexto em que muitos professores estão a chegar à profissão, é da máxima importância mobilizar colegas para a luta por melhores condições de trabalho e por uma carreira valorizada, integrando-os no sindicato.
No dia 28/10 o SPGL realizou um plenário online para novos e futuros professores. Nesta sessão, foi apresentada a história do SPGL, desde os tempos dos Grupos de Estudos até à sua fundação em 2 maio de 1974, sublinhando algumas das mais importantes conquistas da luta dos professores e do seu sindicato. Foi ainda apresentado o documento estruturante da nossa profissão, o ECD, e abordadas questões sobre horários de trabalho, direitos e deveres, habilitação profissional e concursos. •

Sessões de Esclarecimento | Futuros professores e educadores (IE e FCSH)

Carlos Leal e Catarina Teixeira | Dirigentes SPGL

Realizaram-se durante o mês de novembro, duas sessões de esclarecimento, no Instituto de Educação e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, destinadas a futuros docentes, com o objetivo de os elucidar sobre questões práticas relacionadas com o Estatuto da Carreira Docente, concursos, horários de trabalho, habilitação profissional, assim como sobre contratos coletivos de trabalho no ensino privado e social. Nas sessões divulgou-se o SPGL, e a sua ação sindical, assim como os diferentes serviços de apoio a sócios. •

Dia Internacional da Tolerância

Galeria de fotografias

GT Igualdade

O Dia Internacional para a Tolerância celebra-se anualmente a 16 de novembro e é uma iniciativa da UNESCO que acontece desde 1995, Ano das Nações Unidas para a Tolerância. Para assinalar este dia e dado o papel da escola na promoção da compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações, grupos raciais e religiosos, e no combate ao discurso de ódio, o SPGL lançou um desafio para as escolas, fazendo um apelo à comunidade educativa para completar a frase: «Ser tolerante é...» Este desafio teve como objetivo promover uma reflexão com os alunos sobre a importância da tolerância na sociedade, na construção da democracia, no respeito pela diferença e pelo outro/a, como base fundamental da defesa dos Direitos Humanos e da vivência em comunidade na diversidade. •

Dia Internacional para a Eliminação da violência contra as mulheres

Texto completo

Hoje em dia assinalamos este dia para relembrar que estamos longe do fim da violência contra as mulheres, quer pelas guerras que alastram no mundo, onde as maiores vítimas são mulheres e crianças, quer pela impossibilidade de acesso à educação, saúde, emancipação e mercado laboral. Com efeito, muito do trabalho desenvolvido por mulheres continua a ser mal pago e precário. (...) As mulheres continuam a ser as maiores vítimas de violência doméstica (...) Para parar a violência contra as mulheres, que teima em não ter fim, também é necessária uma luta contínua pelo fim das desigualdades, do racismo e da xenofobia (...) Enquanto agentes da educação temos a responsabilidade e o desafio da mudança (...) •

Aumento das pensões: retroatividade recusada na AR

Departamento de Aposentados

No passado dia 17/10 os representantes da FENPROF foram ouvidos pelos diversos partidos políticos na reunião da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão acerca da petição que havíamos apresentado sobre a necessidade de revisão da lei 53-B, de 2006, que só permite os aumentos das pensões no 2.º ano após a aposentação (exemplo: quem se aposentou em 2023 não teve aumentos em 2024). Todos os partidos referiram o seu acordo sobre a proposta apresentada. Este assunto foi discutido e votado em plenário na AR onde os partidos apresentaram as suas próprias propostas para alteração da lei.

O BE e o PCP defenderam a retroatividade da medida, pelo menos até 2019 na proposta do PCP e 2022 na do BE, de modo a ressarcir os aposentados dos prejuízos causados pela legislação então vigente, sobretudo nos anos em que uma inflação elevada causou forte perda de poder de compra aos aposentados que não beneficiaram de aumento.

Embora não tendo apresentado qualquer argumento contra as propostas em discussão – certamente por as considerarem justas - o voto contra do PSD e CDS e a abstenção do PS conduziram à rejeição das propostas apresentadas.

Nesse mesmo dia o PR promulgou o diploma do governo no sentido de possibilitar que os pensionistas possam ser aumentados logo no 1.º ano após a concessão da reforma, pondo fim a um absurdo iníquo de muitos anos ao longo dos quais o 1.º aumento só acontecia no 2.º ano. (Note-se que quando a questão foi debatida na AR não era conhecido pelos deputados da oposição o texto promulgado).

Conscientes da justiça que lhes assiste, os aposentados continuarão a exigir a retroatividade da legislação ora promulgada defendendo que tal exigência deve ser assumida pelo movimento sindical e por todas os movimentos e associações de reformados e pensionistas. •

"Sempre defendemos a descentralização e a construção da autonomia das escolas"

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

"Educação e a Transferência de Competências para as Autarquias" foi o tema da conferência, realizada em 31 de outubro na sede do SPGL, que encerrou o ciclo de Conferências/Debates organizadas no âmbito das comemorações dos 50 anos do SPGL.
Um tema abordado de quatro ângulos diferentes, de que aqui damos brevíssima síntese.

Carla Guerreiro, vereadora da Câmara Municipal de Setúbal, esboçou um historial, avaliando que, no processo de transferência de competências para as autarquias na área da educação, iniciado em 1984, se foi "revelando o objetivo de limitar, ou mesmo reduzir, a despesa pública destinada à Escola Pública".
Criticou a Lei n° 50/2018, pela desresponsabilização do poder central, e o Decreto-Lei nº 21/2019, considerando que "ao transferir para os Municípios competências previamente atribuídas aos órgãos de gestão das escolas e agrupamentos, o Decreto-Lei nº 21/2019 acaba por recentralizar, ao invés de descentralizar".
Enumerou as áreas em que identificaram, no município, desafios da transferência de competências na área da educação, e que vão desde a gestão de pessoal não docente, ao apoio alimentar, à requalificação de infraestruturas e construção de novas escolas, só para destacar alguns.

"É claro que a escola deu um salto grande, qualitativo, em relação ao que era em 1974. Foi um percurso fantástico" lembrou **João Jaime, diretor da ES Camões**. Um percurso que contrasta com o desinvestimento que hoje se vive na educação. O ME "desresponsabilizou-se de tudo".

Face à realidade atual – falta de professores, aprofundamento das desigualdades, falta de resposta "aos imigrantes que nos chegam todos os dias" - alinhou um conjunto de reflexões em que sublinhou, em particular, o papel da escola. "As escolas é que têm de ter cultura. As escolas é que têm de sentir o pulsar. E, portanto, é na escola que a centralidade pode acontecer." A valorização do papel do conselho pedagógico e o regresso ao exercício da colegialidade, foram dois pontos particularmente destacados.

Jorge Gonçalves, vice-presidente do SPGL, referiu que o "Conselho Nacional de Educação aprovou uma Recomendação sobre a transferência de competências para os municípios, que critica de forma adequada o processo em curso, chama a atenção para o efeito negativo de algumas medidas previstas na Lei 50/2018 e aponta para caminhos alternativos que o governo deveria seguir".
No âmbito da atuação do SPGL e da FENPROF, destacou a petição, de carácter alargado, "Não à transferência de competências para os municípios (municipalização) em Educação" e a Carta Aberta e apelo aos/às autarcas portugueses/as, em que se refere que "há alternativa positiva ao processo de municipalização da Educação; FENPROF apela aos autarcas para que optem por essa via alternativa".

Numa crítica ao processo de transferência de competências em Curso, **José Costa, presidente do SPGL**, sublinhou que está em causa a redução da "já escassa margem de autonomia das escolas em diversos domínios" e "a ingerência das autarquias em outros domínios que não são da sua responsabilidade". Lembrou, entretanto, que "sempre defendemos a descentralização e a construção da autonomia das escolas".
Alertou, em particular, que "brevemente vamos a iniciar um conjunto de processos que queremos que sejam de negociação": revisão do ECD e alterações ao modelo de gestão. Frisando que "o ECD tem de defender e valorizar a profissão" e que, no que respeita ao modelo de gestão, "queremos que volte a ser democrático". •

Galeria de fotografias | Videos das intervenções

115 anos da Escola Secundária Camões

"Uma escola onde se vão espertar engenhos curiosos"

Sofia Vilarigues | Jornalista

Presente, passado e futuro estiveram presentes na celebração dos 115 anos da ES Camões. Na voz do seu diretor, João Jaime Pires, que recebeu uma grande ovação em pé, do antigo aluno Júlio Isidro e da jovem ex-presidente da associação de estudantes, Frederica. Falou também o presidente da CML.

"Cada pessoa é um mundo"

"Diariamente circulam neste espaço 2000 pessoas de mais de 100 nacionalidades diferentes, em três novas portas abertas a espaços desportivos e culturais, dos quais toda a comunidade poderá continuar a usufruir. É, assim,

um espaço em que se vive a diversidade, a inclusão, o espírito de que cada pessoa é um mundo, onde se entra e sai livre como o pensamento, uma escola onde se vão espertar engenhos curiosos", afirmou João Jaime Pires. (...) Numa palavra sobre o papel dos professores, afirmou que "se a escola pública é um dos pilares da sociedade, então é obrigação do Estado, das Instituições, das empresas valorizar os profissionais da educação, dignificando e valorizando a carreira de professor". "Camões. O poeta. Ele dá o nome a esta escola. Tentamos, em cada dia, não desvirtuar o espírito do mestre!", concluiu.

"Ser camoniana"

Júlio Isidro fez um "exercício de memória", recuando 70 anos, à altura em que foi aluno do Camões.
Recordou que "a entrada nas diversas turmas tinha a ver com o título dos pais", com a sua profissão. Como era "proibido correr" e "o que não era proibido era obrigatório. Era obrigatório andarmos de gravata". E também "era obrigatório, comprar a farda da Mocidade, todas as quartas e sábados, havia instrução da Mocidade Portuguesa". Lembrou o "comício de Humberto Delgado, em maio de 1958", no ginásio do liceu. E como, novidade, "lá pelos anos 71 e 72, quinhentas raparigas entraram para o Liceu Camões".
Para concluir, dirigiu-se "especialmente aos alunos, aos mais jovens que estão aqui. Meus amigos, estudem, têm ótimas condições para isso, divirtam-se, convivam, rapazes e raparigas, mas lutem pelos vossos direitos de cidadania".
"Hoje sou estudante do ensino superior, mas até o ano passado era aluna do Liceu Camões, estudante da área de Humanidades e membro da Associação de Estudantes", apresentou-se **Frederica**.
"Sou, em primeiro lugar, não só jovem estudante universitária, cidadã ativa, mas sou também camoniana", afirmou. "Ser camoniana é crescer no mundo que nos rodeia, estar preocupado e ativo em relação às questões que nos afetam a todos, enquanto indivíduos, mas sobretudo, enquanto comunida-

Texto completo

A força do Camões é, também, a força de uma comunidade

Lígia Calapez | Jornalista

Texto completo

Foi uma longa conversa, como sempre informal, sempre questionadora, com João Jaime, diretor do liceu Camões. Uma conversa que foi também um cruzar de histórias (de que aqui damos breve síntese).

Histórias da luta pela reconstrução do Camões. Histórias do próprio liceu Camões e de como se foi consolidando a "comunidade camoniana".
E, ainda, da construção da escola democrática e das evoluções e involuções da gestão escolar. Subjacente a todas estas histórias, a afirmação do primado da democracia, do envolvimento de todos. Uma aposta na cultura e liberdade, sempre presente e de forma profusa. No espírito de uma herança camoniana: "Mais o Camões inquieto, mais o Camões contestatário. O Camões que esteve sempre do outro lado".

Isto é como Camões – as obras estão sempre inacabadas…

A longa saga do processo de requalificação do Camões é, também, um exemplo de persistência e de envolvimento de muitos.
"Em 2009, quando tomámos posse, vivia-se uma situação em que o Camões não tinha entrado na 1.ª fase nem na 2.ª fase da Parque Escolar", relata João Jaime. Quando das comemorações do centenário do Camões, em outubro do mesmo ano, "disseram-nos que o Camões iria entrar na 3.ª fase. Conheci o arquiteto, o João Pedro Falcão de Campos, que acabou por fazer o projeto. Co-

meçou-se então uma discussão sobre o projeto, uma discussão envolvendo os alunos".
Um debate muito vivo e que é expressão da própria forma de vivência do Camões. "O projeto punha em causa algumas árvores, nomeadamente a avenida das tílias – e os pátios. E era uma questão muito sensível para os alunos e para a comunidade educativa. Foi uma negociação que levou a fazer-se um estudo fitossanitário. Houve uma discussão muito participativa com a Parque Escolar. Por isso, demorámos algum tempo".
O projeto vai a concurso em 2011. Mas há então eleições antecipadas. E uma das primeiras decisões do novo governo, liderado por Passos Coelho e com Nuno Crato como ministro da Educação, foi suspender as obras da Parque Escolar.
"Foi um murro no estômago". A escola estava muito degradada. Então, "avançámos com uma primeira iniciativa – Pintar Camões. Os pais e os alunos estiveram um fim-de-semana aqui a pintar". Depois, ocorreram outras. Sempre com a participação da "comunidade camoniana". Em 2013 organizou-se uma gala no Coliseu, envolvendo um conjunto de antigos alunos. E houve vigílias, à noite. "Havia um grupo de antigos alunos que foram ativistas. Com reportagens, com petições."
"Tivemos de esperar por 2015". E é "com António Costa e uma maioria de esquerda" que se retomam, finalmente, as obras do Camões (e do Conservatório). Na primeira reunião, para discutir o projeto, "levámos os pais e um conjunto de professores, para justificar a importância da obra".
A obra é retomada em 2015-2016. Com o mesmo arquiteto, Falcão de Campos, e a preciosa participação de Fernanda Fragateiro. Mas com um orçamento claramente inferior. Ficaram de fora, por exemplo, a zona circundante à escola, e o museu da escola "que se pretende um museu virado para a cidade".
Um processo que será para continuar. "Sempre na ideia de nunca baixar os braços, não desistir". E valorizar "as pessoas que, independentemente do seu pensamento, estiveram sempre muito connosco." Porque, "a força do Camões é, também, a força de uma comunidade de alunos, que passou por cá, e que marcou este tempo".

As lideranças não têm de ser unipessoais

"Se, por um lado, não tenho dúvidas de que não temos uma gestão democrática nas escolas, por outro não consigo deixar de pensar no que aconteceu nestes

50 anos!", afirmou João Jaime, em entrevista à Revista Lusófona de Educação[1].
O modelo de gestão escolar, criado em 1974, estava "em consonância com os ideais de democracia, patente na colegialidade que preside à constituição dos órgãos de gestão e seu funcionamento". Tais estruturas constituíram "uma primeira experiência da maior importância no processo de democratização do sistema escolar português".
Hoje, como salientou João Jaime ao longo da nossa conversa, o modelo de gestão que impera nas escolas "peca por ser exclusivamente um modelo unipessoal". O argumento é "que a escola precisa de alguém que seja o responsável, temos de responsabilizar alguém".
"É evidente que as direções têm as suas lideranças". Mas, salienta, "as lideranças não têm de ser unipessoais. A pessoa pode ter a liderança num órgão coletivo".
O modelo unipessoal tem uma grande desvantagem, considera. "Se é unipessoal... não é necessário eu esforçar-me para poder tomar decisões.... Enquanto, nos colegiais, é preciso alguém esforçar-se para convencer os outros que esta é a posição democrática."
"As lideranças existem pelas próprias pessoas", defende. E elas podem existir, em órgãos coletivos, com mais força que nos unipessoais.
O modelo unipessoal é um "modelo pobre". Pois "fica muito dependente da decisão do diretor. E torna as comunidades também pouco participativas. Porque o diretor é que decide tudo... E é desmotivante, até para a democracia", frisa.
Numa nota final – polémica - João Jaime levanta ainda uma outra questão: "eu acho que é um erro, dos professores e das escolas, não considerar a necessidade da participação de pais e alunos no conselho pedagógico".
E reforça: "Eu sinto que é importante a presença dos pais e dos alunos no conselho pedagógico. De outros pares. Porque nós conseguimos ter os pais do nosso lado, se eles perceberem as dificuldades que a escola tem. Se eles participarem nas reuniões do pedagógico, serão mais solidários – com a escola, que está a cair, mas também com projetos que estão a acontecer. E é trazendo-os para dentro que, muitas vezes, se consegue o seu apoio". Em relação aos alunos, "isso é mais do que evidente – nós somos privilegiados porque isto é uma escola secundária e os alunos maioritariamente têm mais de 16 anos".
A participação de representantes de pais e de alunos "é uma mais-valia para o modelo", conclui. •

(1) https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/9582

Texto completo

Sindicatos de professores apoiam a inclusão

Quais os problemas mais sentidos? Como incluir?

Lígia Calapez | Jornalista

"Na e através da educação: os sindicatos apoiam a inclusão de refugiados e migrantes". Este o mote do encontro que reuniu em Lisboa, dias 8 e 9 de outubro, organizações de professores de 23 países, no âmbito do projeto ETU4REF, do Comité Sindical Europeu para a Educação – ETUCE.

Uma mesa-redonda, organizada pela FENPROF, que proporcionou um amplo debate, em torno dos resultados preliminares de um inquérito entre as organizações membros do ETUCE, sobre as necessidades mais sentidas por professores e educadores relativamente à inclusão de alunos e professores migrantes e refugiados no sistema educativo. E uma partilha de problemas, de experiências e exemplos de boas práticas de inclusão. E, ainda, o pensar uma questão de fundo: qual o papel dos sindicatos?

O que podemos fazer? Como implementar boas práticas?

O que podemos fazer? O que tem sido feito? No debate e intervenções dos vários sindicatos ressaltaram realidades diversas. Mas que refletem alguns traços comuns. A questão crucial do conhecimento da língua. A necessida-

de de garantir apoios diversos aos migrantes e refugiados numa Europa que crescentemente fecha fronteiras. (...)
Portugal teve, naturalmente, uma presença relevante. Nomeadamente com intervenções da APEDI - Associação de Professores para a Educação Multicultural que salientou, como um dos principais desafios, a criação de um documento orientador do currículo sobre divulgação intercultural que "deve ser transversal a todas as disciplinas e não ser uma disciplina à parte". Ou do CPR – Conselho Português para os Refugiados, que desenvolve múltiplas atividades no sentido de "garantir que são criadas políticas que apoiem os professores, que apoiem as escolas, mas que apoiem também os alunos e estas famílias e garantir que ninguém fique para trás". Houve também lugar ao testemunho de uma professora palestiniana refugiada. Ou da Câmara Municipal do Seixal, que lançou uma iniciativa, dirigida às escolas do pré-escolar ao secundário, no âmbito da qual será feito um diagnóstico da população migrante no concelho.

Cooperação, formação. Estratégias abrangentes

Da parte da FENPROF, foi particularmente destacado, para além do trabalho de articulação e cooperação com diferentes organizações, a aposta nas ações de formação que tem desenvolvido sobre o tema. Sublinhando-se, ainda, a necessidade de os educadores e os professores assumirem um papel relevante na defesa da Paz e no combate ao discurso de ódio. Neste contexto, estão programadas três ações, do próximo ciclo de debates, que se iniciará em janeiro: "Diversidade e inclusão", "Educação antirracista" e "Educar para a Paz em tempo de guerra".
Na síntese divulgada na sua página, o ETUCE considera que o evento "destacou a necessidade urgente de estratégias abrangentes para acomodar e integrar migrantes no sistema educacional", tendo as discussões também abordado "a crescente xenofobia nas escolas europeias e o papel crucial dos professores na promoção da tolerância". As recomendações dos participantes incluíram, entre outras, "a necessidade de formação profissional contínua para professores em educação intercultural e língua do país anfitrião como língua estrangeira, bem como o combate à segregação de estudantes migrantes nas escolas". •

Texto completo

O projeto ETU4REF

Reforçar o apoio à integração

Sofia Vilarigues | Jornalista

O projeto do ETUCE/CSEE "Na e através da educação: os sindicatos apoiam a inclusão de refugiados e migrantes"(ETU4REF) propõe-se reforçar a capacidade dos sindicatos da educação para apoiar a integração de pessoas refugiadas e migrantes. Para alcançar os seus objetivos, o projeto leva a cabo várias atividades, entre as quais uma investigação, que combina o estudo documental com um inquérito online entre os membros do CSEE, de que aqui destacamos alguns aspetos relevantes. (...)

Para a inclusão efetiva e sustentável dos estudantes refugiados/migrantes, identificaram-se as seguintes condições:

• Coordenação governamental e de políticas, com políticas claras e financiamento governamental sustentável. As políticas devem garantir um acesso equitativo à educação.

• Docentes adicionais, materiais especializados e formação especializada dos docentes.

• Apoio linguístico, desde o pré-escolar, com programas de aprendizagem acelerada e classes preparatórias.

• Ajuda socioeconómica às famílias, incluindo apoio psicológico e de saúde.

Identificaram-se as seguintes condições como essenciais para a inclusão efetiva e sustentável de professores e pessoal educativo em geral:

• Esforços conjuntos entre governos, sindicatos e outras partes interessadas chave para criar estratégias a longo prazo, como contratação a longo prazo e o financiamento sustentável adequado.

• A necessidade de simplificar e agilizar os processos de reconhecimento de qualificações prévias.

• Garantir o acesso a cursos de idiomas adaptados às necessidades de professores migrantes/refugiados.

• Programas especiais de formação.

• É fundamental contar com um ambiente de trabalho propício, com esforços para reduzir a xenofobia e promover o antirracismo e propiciar um apoio complementar adequado (em saúde mental, jurídico, etc.).

• Fortes laços comunitários, redes de companheiros e sistemas de tutoria. •

Texto completo

Elisabete Zagalo
Dirigente SPGL

PERGUNTA

Como intervém a Medicina do Trabalho?
O que são serviços moderados?
A Escola é obrigada a cumprir?

Mesmo depois da uniformização de procedimentos pelo MECI, há diretores que continuam a recusar a marcação de consulta de Medicina do Trabalho. É, por isso, importante sublinhar, os direitos dos docentes nesta matéria.

Os docentes que faltem por atestado ou baixa médica superior a 30 dias, devem solicitar a consulta de Medicina do Trabalho, no seu retorno ao trabalho. O médico do trabalho deve inscrever na designada Ficha de Aptidão para o Trabalho (FAT) as limitações, adaptações e restrições para o desempenho do conteúdo funcional, caso sejam necessárias. A norma define esta decisão como recomendação, da qual resultam propostas de alteração às condições de trabalho. Esta recomendação é obrigatória para as Direções das Escolas, conforme Nota Informativa, de 21-10-2024, MECI.

No caso dos docentes, em que a Junta Médica determinou serviços moderados, isto é, há já uma necessidade subjacente de serem acomodadas para a prestação de trabalho, restrições e/ou limitações no exercício de funções, o médico do trabalho procederá em conformidade com o acima descrito, designadamente terá que especificar as tarefas que o docente poderá executar na FAT. Estas recomendações têm que ser integralmente cumpridas palas Direções das Esco-

las. A decisão do médico do trabalho, normalmente, tem a duração de um ano civil, se o docente tem idade superior a 50 anos e de dois anos se a idade for inferior.
Se a escola não cumprir, os docentes devem informar a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) ou solicitar a intervenção do Sindicato. •

consultóriojurídico

Lídia das Neves Bôto
Advogada

Recuperação do tempo de serviço docente, mas muito lentamente!!

Foi reconhecida aos docentes a contabilização do tempo de serviço que esteve suspenso. O DL 48-B/2024 veio estabelecer a forma da sua recuperação. Para tal, criou uma plataforma gerida pelo IGFE de modo a centralizar a informação profissional e consequente cabimento prévio dos valores resultantes da aplicação do regime. A informação dos dados introduzidos depende exclusivamente dos Agrupamentos, o que tem originado uma sobrecarga de trabalho às direções e serviços administrativos, existindo ainda um grande número de docentes sem a situação resolvida. Importa, por isso, alertar os docentes para que sejam identificadas junto dos serviços as informações que estiverem incorretas, as vezes necessárias até à sua correção. Após validação, a informação incorreta dificilmente poderá ser corrigida. Note-se que é da responsabilidade do docente a validação de toda a informação. É de realçar que os efeitos decorrentes da validação dos dados serão à data da entrada em vigor do DL 48-B/2024 e cumprimento dos requisitos, nos termos ali previstos. •

Paz o Maior Desafio do Nosso Tempo

O papel e a missão fundamental da escola na Educação pela Paz

No dia 13 de novembro, numa iniciativa organizada por Casa do Alentejo e CPPC, realizou-se a Sessão Pública "Paz, o maior desafio do nosso tempo", a qual contou com a participação de José Feliciano Costa, Presidente do SPGL, bem como Ilda Figueiredo (CPPC), Rui Pereira (Professor universitário) e Bruno Carvalho (jornalista).

«Educar para a paz e para uma sociedade mais solidária está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos onde nos revemos integralmente e entendemos, também, que este é um papel fundamental que os educadores e professores têm que assumir nas escolas enquanto mediadores e implementadores. Também no questionamento e no modo como podem contribuir para o desenvolvimento de práticas emancipatórias que visem a paz, mas também a transformação social e a justiça.
Defendemos, por isso, que a educação para a paz deve ser uma referência obrigatória no projeto educativo de cada escola.» •

Intervenção completa de José Feliciano Costa

Visita guiada | 50 anos do SPGL em Setúbal

Realizou-se no dia 16 de novembro a Visita Guiada "50 Anos do SPGL em Setúbal", com a participação de Alberto Sousa Pereira. Durante a visita foram relatados acontecimentos e visitados alguns dos espaços mais emblemáticos da História do SPGL na cidade de Setúbal. SPGL tantos anos como Abril! •

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

Sérgio Baptista: Como se faz um filme ou uma série?

O Departamento de aposentados do SPGL realizou a atividade «**Troca de Saberes**», no dia 30 de outubro, na sede do Sindicato. Nessa sessão Sérgio Baptista, diretor de produção, esclareceu os presentes sobre o mundo da produção audiovisual em Portugal, com o visionamento do documentário sobre a série «Glória». Explanou quantas pessoas estão envolvidas, como se escolhe os locais para filmar, como se escolhe os atores para um projeto, o que está por detrás da câmara de filmar. •

Juventude Desinquieta - O Despertar da Malta

O Departamento de Aposentados do SPGL realizou, mais uma vez, a atividade «**Conversas com**...» Foi convidado a participar Armando Teixeira, no dia 14 de novembro, na sede do Sindicato.
Armando Teixeira apresentou o seu 13.º livro «**Juventude Desinquieta - O Despertar da Malta**». Este autor tem escrito, desde 1997, sobre a luta reivindicativa por melhores condições de trabalho, pela denúncia da ausência da democracia, contra a repressão das forças policiais e militarizadas, contra a guerra colonial e pela democratização do ensino dos que viveram na margem sul do Tejo.
Houve leitura de poemas adequados aos momentos descritos pelo autor. No debate final ouviram-se intervenções importantes sobre a luta antifascista anterior ao 25 de Abril de 1974. Finalizou-se esta atividade com o Porto de Honra oferecido aos presentes. •

Visita à Cordoaria Nacional

O Departamento de Aposentados do SPGL organizou, no dia 21 de novembro, uma visita à exposição "Não vá o diabo tecê-las" na Cordoaria Nacional, em Lisboa. Uma exposição de 86 obras de vários artistas através das quais se traça a viagem pela história da tapeçaria a partir de 1946. •

Joaquim Pagarete (1944-2024)

Faleceu Joaquim Pagarete, cuja vida foi um exemplo de cidadania e de luta, de serviço pela causa pública, em defesa da Educação, da Cultura e da Paz. O seu percurso de vida está indubitavelmente ligado à História do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Sócio n.º 38, Joaquim Pagarete foi o 1.º Presidente eleito da Direção do SPGL, em 1976-77.

Joaquim Pagarete, um homem imprescindível

Sílvia Timóteo | Dirigente SPGL

No passado dia 20 de novembro, na Igreja do Santo Contestável, em Lisboa, familiares, amigos, antigos colegas de trabalho e camaradas de luta despediram-se de Joaquim Pagarete, numa sala que foi pequena para acolher todos aqueles que quiseram estar presentes na última despedida a um homem que dedicou toda a sua vida à luta pela Liberdade, Democracia, Direitos dos trabalhadores e, em partícula, dos professores.
Natural de Lagos, Pagarete inicia a sua atividade de militante revolucionário, de forma clandestina, na universidade, ainda no tempo da ditadura de Salazar. Após a Revolução do 25 de Abril, já assistente da faculdade,

envolve-se na luta político-sindical. Integra o PS, colabora na construção da Comissão de Educação deste partido, faz parte da Comissão Diretiva Provisória do SPGL, que nasce de uma Assembleia Geral em que participam milhares de docentes, logo no dia 2 de maio de 1974, escassos dias após a revolução e, torna-se o 1.º Presidente do SPGL, em 1976. Fiel aos seus princípios e à luta dos professores, recusa desconvocar uma greve, que tinha sido decidida em Assembleia Geral e cujo objetivo é exigir a colocação de todos os colegas do ensino básico e secundário, atitude que lhe vale a suspensão e, posteriormente, a expulsão do PS. Contudo, os docentes, apoiados pelo seu sindicato, conseguem sair vitoriosos desta luta. Ainda no sindicato, procurou sempre agregar a luta dos trabalhadores e, com outros sindicatos, construir um sonho comum: a criação de uma Central Sindical Única de Trabalhadores. Foi um dos fundadores do POUS (Partido Operário de Unidade Socialista), membro da secção portuguesa da IV Internacional, e responsável pela construção do jornal "O Militante Socialista". Nos últimos tempos, o combate à Guerra foi uma das suas bandeiras de luta.

Muitos foram os que quiseram tomar a palavra na última homenagem, entre eles, o atual presidente do SPGL, José Feliciano Costa, em representação da Direção do sindicato. Salientaram o seu percurso de vida, a sua determinação e entrega, o "trabalho abnegado, rigoroso e paciente, quer na vida académica, como professor, na Faculdade de Ciências de Lisboa quer na sua atividade militante" (Carmelinda Pereira, companheira de vida, durante 50 anos) e descreveram-no como um homem capaz de construir pontes com militantes de outras organizações e diferentes estruturas políticas. O Voto de Pesar, apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do BE (Bloco de Esquerda), no passado dia 5 de dezembro, é a prova do respeito e reconhecimento que conseguiu reunir em torno de si.

Porém, de entre todos os discursos, destaco o de uma sua amiga que, para mim, melhor retrata e sintetiza o homem que tive a honra de conhecer: "Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis"(Brecht). Assim era Joaquim Pagarete. •

Exposição de Dina Pereira

"Fiapos da Natureza"

Ana Cristina Gouveia | Dirigente do SPGL

Galeria de fotografias

Inaugurada no Espaço ABC, no dia 14/11/2024, pelas 18h, a Exposição "Fiapos da natureza", de Dina Pereira, combina técnicas e materiais diversos que refletem o percurso da artista, mas, também, o seu amor contínuo pela criação e pela natureza.

Nas suas próprias palavras: "A natureza, que sempre foi uma fonte de profundo respeito e admiração para mim, é a minha principal inspiração. Nas plantas e nos animais, encontro as formas, cores e texturas que tento captar nas minhas ilustrações. Gosto de observar minuciosamente e desenhar com calma, dedicando-me aos pequenos detalhes. O meu processo é lento e meticuloso; gosto de me perder nos pormenores, trabalhando cada pelo, pena ou pele com precisão. Procuro respeitar as formas e as características dos seres que retrato, seguindo uma abordagem que se aproxima da ilustração" naturalista.

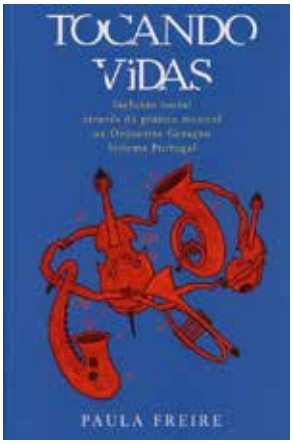
Lança-se então o desafio que aqueles que se depararem com os seus trabalhos possam ter uma experiência enriquecedora, onde descubram a complexidade da natureza através da sua perspetiva artística, enquanto exploram as suas próprias vivências ao apreciar as suas criações. Esta exposição estará patente até ao dia 9 de janeiro de 2025. •

Exposição de Desenho e Pintura

"Love Affair"

No dia 16 de janeiro de 2025 inaugura a exposição «Love Affair», de Isabel Leite, a qual estará patente no Espaço ABC até ao dia 6 de março. •

sugestão



LEITURAS

Tocando Vidas,
Paulo Freire

"Tocando Vidas", da autoria de Paulo Freire, docente convidada da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, dá-nos uma perspetiva da impressionante história da Orquestra Geração em Portugal – "um projeto de inclusão social através da vivência estética", como é referido no livro.
Com base na análise dos resultados de um estudo empírico, a autora transmite-nos uma imagem de aspetos tão relevantes do contributo da Orquestra para a inclusão social, como os efeitos cognitivos, comportamentais e sociais, o seu impacto na mobilidade social ou nas famílias e comunidades envolventes. Ilustrando-os, nomeadamente, com alguns casos concretos de escolas da Alta de Lisboa. Vale a pena ler.

As encomendas podem ser feitas para: sistema.orquestrageracao@gmail.com

Lígia Calapez

Exposição POMAR – Ó Liberdade chamei-te

No Museu do Aljube, até 31 de janeiro de 2025, vai estar patente a exposição "POMAR – Ó Liberdade chamei-te", que contempla uma parte do trabalho do artista durante o período revolucionário e a sua marca indelével nas datas redondas de celebração da Revolução (1994, 2004, 2014).
Mais informações

ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa**: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893

WhatsApp

Clique aqui

Siga o novo Canal do
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

SPGL
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgldir@spgl.pt
www.spgl.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065
Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim, Lj 3 - 2.ºpiso,Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes
Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini, n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt
Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt
Barreiro
Praceta João Azevedo n.º 2, Loja E
2830-527 Barreiro
Telef: 212 064 036
Tel: 91 050 93 98
barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt